

OS MEDIA NA FRONTEIRA ENTRE A DEMOCRACIA ACLAMATIVA E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

*Francisco Rui Cádima **

«As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, o seu dimínio.»

Roger Chartier, *A História Cultural*

Desde a emergência do dispositivo cultural pós-alfabético que a história da comunicação, no que aos media diz respeito, em particular, tem sido a história de um fluxo unívoco de comunicação.

Com efeito, toda a cultura alfabética radica na constituição de um novo dispositivo historico-cultural que tem como característica fundamental uma forte imbricação com a sociedade do seu tempo, nos diversos níveis, politico-sociais, económicos, simbólicos, etc. Mais em concreto, a emergência da escrita é correlativa da emergência de poderes coercitivos, da ordem burocrática e jurídica, e, enfim, do Estado.

A instituição desse significante despótico é-nos assim dada pela passagem do universo simbólico da multiplicidade para o fluxo linear de escrita. Esta profunda ruptura historico-cultural é simultânea a uma outra que pode ser caracterizada pela emergência da aptidão de

* Departamento de Ciências da Comunicação – FCSH-UNL

ver/conhecer e também pela dualidade estabelecida entre universos audio-tácteis e universos ópticos.

E, de facto, se houve uma ruptura clara do dispositivo pré-alfabético na transição para as sociedades da escrita, em períodos posteriores não se fala de uma ruptura tão óbvia como sucedeu com a emergência da escrita. A não ser na transição dos mass media para os self e os cyber media. Estes novos media poderão de facto inverter a tendência do dispositivo comunicacional moderno para se auto-reciclar e actualizar, mantendo-se assim inamovível o velho modelo comunicacional unívoco. E mantendo-se este, mantem-se também a clássica dicotomia entre o campo de dominação e o campo mais genérico da recepção. Embora não se trate aqui de universos absolutamente impermeáveis. De facto, como defende Chartier, a problemática do mundo como representação conduz necessariamente a uma reflexão sobre o modo como essa figuração pode ser apropriada pelos leitores dos textos (e das imagens) que dão a ver e a pensar o real ¹. E daí a dualidade do dispositivo mass-mediático e a ambiguidade das lógicas de manipulação político-discursivas.

As novas tecnologias têm vindo a criar alguns equívocos, e no campo social e político, no campo da experiência, têm de facto explicitado essa dificuldade do cidadão em participar numa lógica de acesso ou de participação comunitária, intersubjectiva, comunicacional, ao contrário do que poderia ser subentendido pelo princípio que lhe é frequentemente justaposto como espaço de comunicação ideal, espaço de utopias e de interactividades.

Nada disso, porém. O novo dispositivo a que se poderá convenicionar chamar da «pós-televisão» pode não ser um modelo aberto e participado, mas, pelo contrário, poderá ser ainda um dispositivo promocional, mais interpolativo do que interpelativo, ainda um dispositivo monológico, em que a ordem interactiva não é mais do que o grande eufemismo para metaforizar a própria democracia².

E perante a crise de legitimação da ordem democrática ocidental, nada melhor que recorrer aos procedimentos clássicos da comunicação

¹ Chartier, Roger, *A História Cultural – Entre Práticas e Representações*, Difel, Lisboa, pp. 23-24.

² Ver sobre este ponto, por exemplo, a obra *L'Espace Médiatique*, do canadiano Michel Sénécal, Liber, Montreal, 1995.

comercial e institucional para reorientar o vínculo e os consensos sociais para domínios mais disponíveis.

Estamos agora a chegar ao fim de um ciclo civilizacional e também de um novo milénio. O século XIX ficava sobretudo marcado pelo paradigma da produção, mas, neste século, em boa parte devido ao «efeito» televisão e depois à informática, à telemática, multimedia, etc., o paradigma mudou para o campo da comunicação. E à beira do novo milénio, para já, não se vê outro paradigma no horizonte senão o da informação e do conhecimento.

Os dados estão lançados. Mas que balanço fazer – de um ponto de vista sociológico, cultural –, da presença massificante da televisão no mundo moderno e nas nossas vidas, sobretudo na segunda metade do século XX?

A questão prende-se fundamentalmente com a já referida lógica dual do dispositivo mediático a que não é indiferente a «estética da recepção», com os novos mundos que a televisão deu ao mundo, com outros tantos que negou, com a mutação no plano da mentalidades e dos comportamentos, provocando uma espécie de «miscegenação» – por vezes uma aculturação – a novos padrões de vida, novas formas de ser, de vestir, inclusive de falar, novos modos de entendimento daqueles que nos são diferentes, etc. Muito mudou, em suma. Mas não é líquido que tenha sempre mudado para melhor. No que concerne ao dispositivo mais global pode mesmo falar-se de uma estabilização. Ainda que o mundo ocidental e desenvolvido, que, no fundo, sempre utlizou a televisão de forma «massiva» e que hoje apresenta, na generalidade, uma taxa de penetração de televisores próxima dos 100 por cento entre a sua população, tenha na televisão – nas grandes causas – um importante aliado. A televisão ficará para sempre ligada a grandes mutações sociais e políticas nesta segunda metade do século XX. O fim do *apartheid* na África do Sul veio com a televisão. A conquista pela população negra norte-americana do direito ao voto, nos EUA, fez-se com a televisão. A queda do muro de Berlim foi em boa parte obra da televisão. O fim da Guerra do Vietnam, *idem*. Neste aspecto houve, sem dúvida, uma forte emancipação da opinião pública com a televisão.

O lado negro da televisão emerge, entre outras coisas, com a espectacularização do real, com a negação do acesso e dos particularismos, a aculturação por «empréstimo», o abuso da violência explí-

cita e implícita, e ainda por um processo complexo ainda não suficientemente estabilizado e identificado, quer ao nível da informação, quer ao nível da ficção televisiva, em que a televisão desautoriza e desafia os fundamentos, os princípios, os valores, a tradição e a instituição, dando, por defeito, notoriedade e sobretudo uma falsa legitimidade ao prevaricador, quer se trate de um indivíduo, de uma ideia, de um acto. É essa televisão que as lógicas interactivas facilmente poderão mudar. Mas aqui reside justamente toda a complexidade da questão da interactividade.

Voltando à questão central, isto é, à questão da legitimação³, importa ver como no discurso dos media de final de século passa uma estratégia de auto-legitimação que é também uma estratégia de manutenção do *status quo* de univocidades comunicacionais e políticas. Repare-se que as lógicas de desregulamentação europeias, bem expressas pelo confronto institucional entre a CEE e a UER pelo domínio dos serviços públicos de televisão na Europa⁴, mostra bem o que estava verdadeiramente em causa – no fundo, a manutenção de um fórum que o sistema político, as macroestruturas e os subsistemas partidários e de grupos de interesses jamais ousariam «concessionar» a terceiros.

Mas a questão da auto-legitimação passa também pelo discurso deslocado quando o tema é «violência». É cada vez mais claro que a violência televisiva não está nas imagens violentas mas sim nos modelos de fidelização e nas lógicas de produção de informação tablóide, de informação-espectáculo e de actualidade trágica, e de programação das grandes redes generalistas nacionais, públicas ou privadas⁵.

Do mesmo modo, a metáfora da participação. A televisão é o novo teatro do mundo, é o livro aberto de todos os sucessos, de todas

³ Sobre as questões de legitimação e media ver, por exemplo, os textos de Gérard Leblanc, «A Actualidade Trágica», *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 9, Lisboa, 1989, pp. 87-90 e de Christian Kristen «La déréglementation: vers une nouvelle tolérance répressive», *Communications/Information*, Vol. VII., nº2, Éditions Saint Martin, Montréal, 1985.

⁴ Ver designadamente o capítulo «A CEE, a questão estratégica e as posições da UER e do Conselho da Europa», in *Delimitação e Perspectivas do Audiovisual e das Telecomunicações em Portugal*, (M. J. Lopes da Silva, coord.) JNICT, Lisboa, 1990 (policopiado).

⁵ Ver designadamente F. Rui Cádima «A criança, a televisão e a publicidade», *Estratégias e Discursos da Publicidade*, Vega, Lisboa, 1997, pp. 77-86.

as curiosidades. Espaço que se oferece a todos os sofrimentos, a televisão fá-lo, ainda assim, dentro do estatuto de espectáculo e da sedução das audiências, tornando essa esfera do íntimo o verdadeiro «show» do real. Os «reality-shows» expõem afinal, com demasiada crueza, o modo como as experiências privadas, íntimas, se estão a dar a conhecer ao mundo.

Um estudo de caso – os media em Portugal

Vasco Pulido Valente, em pleno período revolucionário (na altura responsável pelo Departamento de Programas Politico-Sociais da RTP), alertava já para o facto da televisão portuguesa correr então o risco, naqueles anos de brasa, de se tornar mais um meio de legitimação política do que um meio de comunicação propriamente dito⁶. Do seu ponto de vista, caberia à televisão, por excelência, uma «função crítica».

Vinte e dois anos depois, as coisas estão mais pacificadas, o regime ganhou a sua aura institucional, os media tornaram-se veículos de outras linguagens e pautam-se agora pelos valores da «transparência» de mercado e os novos políticos em tudo aprenderam com os velhos senhores, carregados de história, de saber e de comunicação. Em Portugal, o dispositivo técnico, discursivo e instrumental dos meios de comunicação social sempre se caracterizou por parâmetros onde a fabulação, a iliteracia e os «serviços» interagem em simultâneo, sem que se consiga distinguir qualquer ruptura significativa com o passado nem nenhuma substantiva diferença em relação ao presente.

Após as ditaduras de Salazar e Caetano (1926-1974), já em pleno período «pós-revolucionário», e obviamente para além dessa grande conquista que foi a liberdade de expressão a 25 de Abril de 1974, há dois ou três aspectos que se configuram como aqueles que, do nosso ponto de vista, tiveram uma maior relevância em toda a estratégia mass-mediática, por assim dizer, da segunda república portuguesa.

Separando o sector da comunicação social pelas suas três grandes áreas – imprensa, rádio e televisão –, poder-se-ia dizer que em relação à imprensa o factor mais evidente é o de um sentimento de perda. A era democrática e o chamado «mercado» – o demasiado pequeno mer-

⁶ Vasco Pulido Valente, «Crítica, Independência e Profissionalismo», *Diário de Notícias*, 13 de Julho de 1974.

cado português – trouxeram, de facto, o desaparecimento de alguns jornais diários de grande prestígio em Portugal – um deles, o centenário *O Século*. Mas, a par deste, há a lamentar o desaparecimento também de dois bastiões da luta pela democracia em Portugal: os vespertinos *República* e *Diário de Lisboa*, este último, tido, de um ponto de vista cultural, como «o jornal português mais importante deste século»⁷. Ao que se poderá também acrescentar outros títulos, entre os quais estão exactamente os chamados «jornais que mudaram a revolução»⁸ – o *Jornal Novo*, *O Jornal*, a *Luta*, o *Portugal Hoje*, e outros ainda de diferentes quadrantes políticos como o *Página Um*, a *Gazeta*, a *Opção*, o *Tempo*, o *País*, o *Sempre Fixe*, o *Ponto*, o *Diário Popular*, para citar os títulos mais significativos.

É evidente que o desaparecimento destes periódicos, entre eles alguns «históricos», foi complementado pelo aparecimento, designadamente, de um matutino de qualidade – o *Público* (5/3/90) e, na transição dos anos 80 para os anos 90, dos semanários, *O Independente*, *Visão* e *Semanário* –, que, de qualquer modo, jamais poderão fazer esquecer esses marcos históricos da imprensa portuguesa.

Há, naturalmente, uma explicação de fundo para esta dificuldade congénita da imprensa portuguesa suplantarem os seus velhos índices de leitura. Convém dizer que o sector da imprensa, designadamente sob o ponto de vista das tiragens e da leitura dos periódicos, é um dos menos desenvolvidos no contexto europeu. Basta referir, por exemplo, a enorme desproporção que existe, no plano da leitura de jornais, entre países como Portugal e a Noruega: Em Portugal, em cada mil cidadãos, 61 lê regularmente jornais, enquanto na Noruega esse número ascende a 600 em cada mil⁹. A explicação para esta situação de grande desigualdade entre Portugal e o resto da Europa só pode ser explicada pela ineficácia das políticas educativas desde que António Sérgio

⁷ «'Diário de Lisboa': o logotipo da memória», Marina Tavares Dias, *Público*, 25 de Novembro de 1990.

⁸ «Jornais que mudaram a revolução», Fernando Dacosta, *Público*, 17 de Abril de 1995.

⁹ São dados da Associação de Editores de Jornais da Alemanha relativos a 1995, tendo sido ainda referidos outros países, como por exemplo, entre outros, a Alemanha (314), Espanha (109), Itália (108), Turquia (92) e a Grécia (83). E repare-se que de acordo com outra fonte – a European Newspaper Publisher's Association (ENPA), Portugal está ainda um pouco mais abaixo dessa quota, com um índice de 35 leitores por cada mil.

reconheceu a emergência neste país de um «reino cadaveroso»¹⁰ a partir do século XVII, do qual, diga-se, nos tem sido difícil libertarmo-nos¹¹.

Mas, mais para além desta constatação de fundo, há naturalmente que reconhecer outros aspectos de igual modo importantes:

1. O fenómeno de concentração dos media e a natural perversão no plano das práticas, das discursividades e da independência do jornalismo face a *lobbys*, grupos de interesses e grupos económicos.

2. O embate da imprensa com a liberalização do sector televisivo, o que, após 1992, vem criar novas dificuldades à gestão dos órgãos de imprensa escrita na medida em que o mercado da publicidade televisiva exagerou no «dumping» tendo obrigado a uma compressão da quota da imprensa, o que também fez emergir de novas modalidades enunciativas, ou seja, formas até então pouco exploradas pelas práticas jornalísticas, ao nível do sensacionalismo, da agressão à esfera privada do cidadão, e de um modo geral da «mercantilização» da notícia, numa luta obstinada por «vender» papel, e sobretudo «vender» acontecimentos, fenómeno que de alguma maneira é um retorno à violação da privacidade, à exposição do «monstruoso», da actualidade trágica, da catástrofe e do «fait-divers». Desse ponto de vista não será despropositado citar aqui Mário Mesquita, quando reconhecia que «a amnésia deontológica constitui a via mais segura para o sucesso»¹² nas práticas do jornalismo recente em Portugal.

Paralelamente a este processo, o discurso dos media portugueses, sobretudo da imprensa «acima de qualquer suspeita» e dos diários e semanários aparentemente «politicamente correctos», pautou-se por

¹⁰ Cf. António Sérgio, «O Reino Cadaveroso ou o Problema da Cultura em Portugal», in *António Sérgio*, de Joel Serrão, Portugália Editora, Lisboa, s/d.

¹¹ Veja-se nomeadamente o dossier do jornal Público «Portugal Iliterato» (18/10/1995), sobre um estudo desenvolvido pelo Instituto de Ciências Sociais onde se conclui que a maioria dos portugueses entre os 15 e os 64 anos «não tem competência de escrita, leitura e cálculo», ou seja, é praticamente iliterata. Ver ainda *Os Jovens e a Leitura nas Vésperas do Século XXI*, de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, Caminho/Instituto de Inovação Educacional/ Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa, 1994, e *Práticas Culturais dos Lisboaetas*, de José Machado Pais (coord.) Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1994.

¹² Mário Mesquita, «O jornalismo de querosene e os limites da 'auto-regulação'», *Diário de Notícias*, 23 de Fevereiro de 1996.

continuar a legitimizar uma velha pecha «pós-tipográfica» da imprensa (o que significa ter que recuar às velhas gazetas europeias do século XVII): a subordinação da integridade humana à ordem da eficácia política, submetendo o mundo da vida e a experiência social à administração e à economia política. Desta forma a imprensa – e de uma forma geral a comunicação social –, após o 25 de Abril de 1974 (como aliás, por todo o mundo chamado «desenvolvido»), tem sido o pilar fundamental da legitimação de uma ordem política em declíneo que procura exactamente nos meios de comunicação social um espelho para a sua perpetuação.

Em consequência, um certo esclerosamento, uma certa apatia neste regime autista, em que cumplicidades várias fundam o relacionamento entre a classe política dominante e a classe jornalística, não se sabendo, por vezes, exactamente onde começa uma e acaba a outra.

3. A imprensa portuguesa, de uma forma geral, continua a não querer integrar a ideia europeia no seu discurso. A custo, lá tem sucumbido à ideia de muito pontualmente ceder uma ou outra página a assuntos europeus, mas de uma maneira geral, existe um europesimismo que inviabiliza uma aposta clara na integração, o que significa, uma aposta clara em Portugal.

4. E este é finalmente, o último óbice, e não o menos importante. A imprensa portuguesa – e aqui trata-se, enfim, de uma questão compartilhada também pela rádio e pela televisão –, não tem uma ideia de portugalidade, de progresso, de sucesso dos portugueses enquanto indivíduos, nesta diáspora na sua própria terra. A imprensa portuguesa vive os assuntos nacionais como se fosse um apátrida neste maelstrom lusitano, como se não devesse tomar o partido desse «mundo da vida», e ter uma ideia para Portugal, mas apenas fazer ressoar o que a pequena política lhe sussura aos ouvidos

Especificamente em relação à Rádio haverá sobretudo que notar essa disfuncionalidade no sistema que foi o aparecimento das rádios livres nos finais do anos 80. Hoje, essa pulsão local, e de certa forma marginal, está plenamente integrada no «establishment»: aliás, exactamente como aconteceu em Itália, o que deu origem a esse grito incontido de Felix Guattari¹³. Hoje, em Portugal, as rádios locais com

¹³ Cf. Felix Guattari, «Les Radios Libres Populaires», *La révolution moléculaire*, Col. 10-18, OGE, Paris, 1980.

alguma expressão de audiência estão de facto integradas pelas grupos económicos, pelos grupos de comunicação e também pelas igrejas e seitas. Três aspectos a reter, numa análise mais global:

1. A cadeia nacional que teve origem numa lei inadequada e desrespeitada por todos através de participações cruzadas de capital e de alteração da tipologia da programação, ou seja, as chamadas falsas rádios locais, sem informação e programação próprias, funcionando como simples retransmissoras de outras estações, matéria aliás condenada pela AACS e proibida pelo Governo socialista em 1996, que deu um período de adaptação para cumprimento integral da lei.

Hoje, há cerca de 320 rádios licenciadas no país a esmagadora maioria das quais locais, havendo apenas duas concessões regionais – Correio da Manhã Rádio, a difundir a «local» Nostalgia, no sul; e a Rádio Press, no norte, que passa a TSF, também «rádio local», situação que constitui uma ilegalidade segundo a AACS.

2. A emergência de uma rádio temática na área da informação – a TSF –, que, apesar de privada, se configura como um autêntico «serviço público de radiodifusão» (a título de exemplo veja-se que a rádio pública apenas transmite um quinto da sua programação à informação).

3 A nova legislação: sustentar a possibilidade de manter «cadeias nacionais», mas obrigar a um mínimo de 6 horas de programação própria e três noticiários diários respeitantes à sua área geográfica. Posteriormente foi aprovada a nova Lei da Rádio (30/10/96), com a obrigatoriedade de seis horas de programação própria para as rádios locais, o que em teoria inviabilizava as emissões contínuas em cadeia.

Estabelecendo agora um breve quadro histórico do passado recente da televisão em Portugal: a 7 de Março de 57, dava-se início em Portugal às emissões regulares de televisão através da RTP, designada como concessionária do serviço público de televisão, então uma sociedade anónima gerida por um administrador nomeado pelo Governo. O Estado português, no entanto, apenas detinha um terço do capital da sociedade, pertencendo os outros dois terços aos emissores particulares de radiodifusão e ainda a subscritores privados. Primeiro com Salazar e mais tarde com Marcello Caetano, a RTP foi sempre, designadamente através dos seus serviços noticiosos regulares, o principal porta-voz da política totalitária dos dois ditadores do Estado Novo. Nessa medida, enquanto modelo protocolar e instrumento de propa-

ganda, a RTP foi, a par do sistema repressivo policial e do sistema censório, um dos elos fundamentais do campo comunicacional do sistema monopartidário, campo esse também historicamente responsável pela manutenção de um regime político esclerosado, cujo fim se anuncia a 25 de Abril de 1974, ao fim de 48 anos de ditadura.

Emitindo a nível nacional apenas a partir de meados dos anos 60, só em finais de 1968 (25 de Dezembro) a RTP vê nascer o seu segundo canal – a RTP-2. Após o 25 de Abril verifica-se a nacionalização da RTP e a sua transformação em empresa pública – RTP, EP. A 6 de Outubro de 1992 dá-se o arranque das emissões do primeiro operador privado de televisão em Portugal – a SIC, ao que se seguiria a TVI, a 20 de Fevereiro de 1993.

Importante é ainda a assinatura, em Março de 1993, do contrato de concessão do serviço público de televisão, entre a RTP e o Governo do primeiro-ministro Cavaco Silva. Através deste documento, a RTP ficava obrigada a cumprir as atribuições específicas do serviço público de televisão, aliás já previstas na Lei da Televisão, datada de Setembro de 1990, nomeadamente no que diz respeito ao pagamento de indemnizações compensatórias retiradas do Orçamento do Estado português, e atribuídas à RTP pela sua actividade específica enquanto concessionária do serviço público de TV. Entre essas competências, o Governo apontava os custos da difusão por satélite da programação do Canal 1 e da TV2 para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira; os custos de exploração dos respectivos centros regionais; os custos da RTP Internacional; a cooperação com os PALOP (Países africanos de língua oficial portuguesa); a manutenção e conservação dos arquivos audiovisuais; e, finalmente, as despesas com os tempos de antena dos partidos políticos. Todos eles, factores que não se enquadram naquilo que define, nas mais importantes organizações internacionais, um «serviço público de televisão».

Com efeito, o serviço público de televisão identifica-se em primeiro lugar pela qualidade dos conteúdos da programação e não por imputação de custos de exploração, manutenção ou difusão. O eufemismo instalado em relação a esta questão é de facto o eixo principal do sistema de auto-legitimação do político nas suas relações com o campo dos media de massa, designadamente com a rádio e a televisão.

Finalmente, numa perspectiva mais globalizante, é de facto contra o receituário da mundialização, contra a contaminação dos parti-

cularismos, que urge preservar os localismos, as identidades, as culturas e as tradições locais.

Por outro lado, há que salvaguardar a possibilidade teórica de a interactividade do dispositivo técnico ser de facto a metáfora da democracia criando inclusive a ideia de uma democratização pelos media. De facto, a Sociedade de Informação joga-se fundamentalmente em torno do conceito de interactividade e dos seus desenvolvimentos tecnológicos, jurídicos, políticos e comerciais. E, neste caso, um humor verdadeiramente cínico poderia fazer crer que a verdadeira democraticidade da sociedade do conhecimento – e consequentemente uma democracia mais participada – adviria não da esfera de regulação de Estado, nem das suas estratégias de solidariedade nem de subsidiariedade, mas pela esfera da comercialização do espaço aberto aos impérios de dominação telemática...

Bibliografia

- Cádima, F. Rui, *História e Crítica da Comunicação*, Século XXI, 1997.
———, *Estratégias e Discursos da Publicidade*, Vega, Lisboa, 1997
———, *O Fenómeno Televisivo*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.
Chartier, Roger, *A História Cultural – Entre Práticas e Representações*, Difel, Lisboa, 1988.
Debray, Régis, *Cours de médiologie général*, Paris Gallimard, 1991.
Guattari, Felix «Les Radios Libres Populaires», *La révolution moléculaire*, Col. 10-18, OGE, Paris, 1977.
Kristen, Christian «La déréglementation: vers une nouvelle tolérance répressive», *Communications/Information*, Vol. VII., nº2, Éditions Saint Martin, Montréal, 1985.
Leblanc, Gérard, «A Actualidade Trágica», *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 9, Lisboa, 1989,
Pais, José Machado (coord.) *Práticas Culturais dos Lisboetas*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1994.
Sénécal, Michel, *L'Espace Médiatique*, Liber, Montréal, Québec, 1995.
Serrão, Joel, *António Sérgio*, Portugal Editora, Lisboa, s/d.
Silva, M. J. Lopes da, (coord.), *Delimitação e Perspectivas do Audiovisual e das Telecomunicações em Portugal* JNICT, Lisboa, 1990 (policopiado).